

meio do qual possam o governo e seus ministros rebater os sofismas dos outros e exercer uma saudável influência sobre a opinião da nação". Era indispensável, assim, quanto a *O Investigador Português*, a que cabia naturalmente tal missão, "sujeitá-lo a uma espécie de regulamento e fazer por assim dizer um ajuste com os redatores". Liberato entrou em conflito com Palmela, fazendo ressalvas, de início, ao "ajuste", para, depois, em 1818, começar a destemperá-lo. A quisília prendeu-se principalmente à posição de Liberato que, no jornal, combatia a permanência da Corte no Brasil. D. João não teve dúvidas: mandou suspender o auxílio à folha, que Liberato abandonou em outubro de 1818. Em fevereiro do ano seguinte, o jornal desapareceu.

Era preciso substituí-lo. Palmela sugeriu que se publicassem "no Rio de Janeiro e em Lisboa jornais que defendessem a causa do governo com talento e conhecimento", enquanto tentava, de sua parte, conseguir jornais que combatessem "a indecência e o atrevimento dos periódicos portugueses que se imprimem em Londres". Dessas tentativas surgiu *O Contemporâneo*, redigido por Manuel Inácio Martins Pamplona, ex-sentenciado, que recebia mil francos mensais da legação lusa em Londres pelos seus serviços. Não foram excelentes esses serviços pois o embaixador português, agora especializado em conseguir penas de aluguel, cogitava logo de captar a do padre Joaquim Ferreira de Freitas, redator do *Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária*. Alugado o padre, verificou o alugador, logo depois, que ele se vendia a todos. Fez-se necessário aumentar-lhe o subsídio. O padre se tornaria profissional do mister: foi alugado, adiante, por Caldeira Brant, quando das negociações para o reconhecimento de nossa Independência e, mais tarde, pelo Chalaça, para descompor o Brasil e os que haviam levado D. Pedro I à abdicação. Notável precursor, esse, de alguns notórios jornalistas atuais, desonra da classe que não pode por eles ser aferida.

Circularam em Londres, entrando no Brasil, outros periódicos, não estipendiados pelo governo de D. João. *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, por exemplo, seqüência do efêmero semanário *O Espelho*, de João Bernardo da Rocha, visando particularmente os comerciantes, que começou a circular em abril de 1814 e findou em dezembro de 1821, combatendo a política de D. João. Como o *Correio Brasiliense* e *O Português*, saíria em fascículos *O Campeão Português*, que Liberato Freire de Carvalho redigiu, depois de abandonar *O Investigador Português*. Sua independência em relação ao governo luso não significava de forma alguma simpatia pelo Brasil. Muito ao contrário, o seu redator declararia que, para ele, tratava-se de libertar Portugal "de uma escravidão em que